



60 ANOS DA MESMA NOITE: O QUE OS MORTOS PODEM ENSEINAR SOBRE DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS?

60 AÑOS DE LA MISMA NOCHE: ¿QUÉ PUEDEN ENSEÑAR LOS MUERTOS SOBRE DEMOCRACIA Y DERECHOS HUMANOS?

60 YEARS OF THE SAME NIGHT: WHAT CAN THE DEAD TEACH US ABOUT DEMOCRACY AND HUMAN RIGHTS?

Dr. David A. Castro Netto (UEM)⁹³

Dra. Adriana Barin de Azevedo (UEM)⁹⁴

Resumo: Em 2024, descomemoramos os sessenta anos do golpe civil militar que mergulhou o Brasil em 21 anos de ditadura, a mais longa de sua história. Contudo, no cenário atual, ao invés do repúdio ao que significaram os anos de autoritarismo e suas sequelas, a sociedade brasileira, encontra-se num cenário em que uma porcentagem considerável olha para este passado de forma positiva. Nesse contexto, nosso ensaio procurará apontar a trajetória das descomemorações, a partir de 1965, para compreender as oscilações entre a vergonha e o orgulho do passado autoritário. Na sequência, convocamos os mortos produzidos pelo autoritarismo pré e pós ditadura com o objetivo de compreender que suas mortes não são acaso ou exceção e, tão pouco, dizem respeito apenas a eles enquanto indivíduos. Estas mortes sintetizam uma produção e um aperfeiçoamento das tecnologias de violência que operam na gestão da morte pelo Estado brasileiro, que continua, não apenas produzindo corpos violentados, como também, tenta eclipsar a relação que a sociedade pode estabelecer com sua memória. Desta maneira, ao recorrer aos mortos, procuramos refletir sobre o que podem nos ensinar e que tarefas ainda nos convocam a realizar frente ao passado autoritário e ao presente de negacionismo.

Palavras-chave: Ditadura militar. Autoritarismo. Memória.

94 Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: david.acnetto@gmail.com

95 Doutora em Psicologia Clínica (PUCSP), com doutorado sanduíche no Departamento de Filosofia (Université Paris X - Nanterre). Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá. e-mail: abazevedo@uem.br

Resumen: En 2024, desconcelebramos el sexagésimo aniversario del golpe cívico-militar que sumió a Brasil en 21 años de dictadura, la más larga de su historia. Sin embargo, en el escenario actual, en lugar de repudiar lo que significaron los años de autoritarismo y sus consecuencias, la sociedad brasileña se encuentra en un escenario en el que un porcentaje considerable mira este pasado de manera positiva. En este contexto, nuestro ensayo buscará señalar la trayectoria de las desaceleraciones, desde 1965 en adelante, para comprender las oscilaciones entre vergüenza y orgullo en el pasado autoritario. A continuación, convocamos a los muertos producidos por el autoritarismo pre y posdictadura con el objetivo de comprender que sus muertes no son casualidad ni excepción, ni les conciernen únicamente a ellos como individuos. Estas muertes sintetizan una producción y perfeccionamiento de las tecnologías de la violencia que operan en la gestión de la muerte por parte del Estado brasileño, que continúa, no sólo produciendo cuerpos violados, sino también intentando eclipsar la relación que la sociedad puede establecer con su memoria. De esta manera, al dirigirnos a los muertos buscamos reflexionar sobre lo que nos pueden enseñar y qué tareas aún nos llaman a realizar frente al pasado autoritario y al presente de negación.

Palabras clave: Dictadura militar. Autoritarismo. Memoria.

Abstract: In 2024, we uncelebrate the sixty years since the civil-military coup that plunged Brazil into 21 years of dictatorship, the longest in its history. However, in the current scenario, instead of repudiating what the years of authoritarianism and their consequences meant, Brazilian society finds itself in a situation where a considerable percentage views this past positively. In this context, our essay will attempt to trace the trajectory of these uncelebrations since 1965, to understand the oscillations between shame and pride regarding the authoritarian past. Next, we summon the dead produced by pre- and post-dictatorship authoritarianism to understand that their deaths are neither accidents nor exceptions, and do not pertain solely to them as individuals. These deaths synthesize a production and refinement of violence technologies that operate in the management of death by the Brazilian state, which continues not only to produce violated bodies but also to try to eclipse the relationship that society can establish with its memory. Thus, by resorting to the dead, we seek to reflect on what they can teach us and what tasks still call us to action in the face of the authoritarian past and the present denialism.

Keywords: Military dictatorship. Authoritarianism. Memory.

Tristeza e indignação são dois afetos que ficam presentes e se misturam, quando nos implicamos na tarefa de resgatar acontecimentos históricos que estão na base da luta por movimentos democráticos e pela defesa dos direitos humanos no Brasil. Um desses acontecimentos dolorosamente inesquecível, devido ao que produziu no passado e segue produzindo no presente, foi consolidado em uma noite que podemos classificar como interminável. A noite que começa em 31 de março e termina em 1 de abril de 1964 crava no tempo os efeitos políticos, sociais, psíquicos do golpe civil militar no Brasil.

A memória dessa noite completa 60 anos e, ainda hoje nos convocada a perguntar de que modo ecoou e ecoa nosso passado autoritário e a reagir diante das marcas deixadas por ele. Ao longo deste tempo, podemos perceber que a elaboração do trauma autoritário não foi linear e nem estável.

As oscilações são produtos tanto do distanciamento temporal, quanto do contexto do tempo presente, que fustiga o passado. Vejamos resumidamente como a lembrança da ditadura e golpe civil foi sendo inscrita na memória social. No primeiro aniversário, 1965, em Belo

Horizonte, a “revolução” era motivo de comemoração, celebrada com desfiles e discurso de Humberto de Alencar Castelo Branco. Contudo, em São Paulo e no Rio de Janeiro, as comemorações foram mais modestas, esvaziadas e bastante críticas. Nos anos seguintes, a adesão as comemorações oscilaram por razões menos ideológicas e mais pragmáticas: instabilidade econômica, protestos do movimento estudantil e da oposição do MDB. Em 1968, o assassinato do estudante Edson Luís Lima Souto, no restaurante “Calabouço”, na cidade do Rio de Janeiro, em 28 de março ofuscou as comemorações, que tiveram pouco impacto, inclusive na imprensa. Em 1970, já sob a jurisdição do AI-05, as comemorações foram grandiosas, com desfiles, presença de artistas e de grande público.

Os primeiros anos de 1970 marcaram o ápice das comemorações, tanto do golpe militar, quanto àquelas relacionadas, por exemplo, ao Sesquicentenário da Independência (1972), do tricampeonato mundial (1970). Os anos seguintes assistiram a um resfriamento deste movimento, foram marcados por pequenos discursos, notas de jornal e solenidades em Brasília.

Em 1974, no décimo aniversário, Ernesto Geisel fez um discurso em rede nacional para comemorar o dia. O evento de mais visibilidade, foi na cidade do Rio de Janeiro, onde em parceria com as organizações Globo, o I Exército e o governo da Guanabara organizaram um concerto na Quinta da Boa Vista, com estimativa de cem mil pessoas.

Em 1984, na comemoração dos 20 anos, as comemorações permaneceram restritas aos círculos, clubes militares, além de uma peça publicitária veiculada pelo Ministério do Exército. A campanha das “Diretas Já!” estava em organização, a promulgação da lei da Anistia (1979), o retorno de lideranças exiladas, o fim do bipartidarismo e o desastre econômico, faziam as comemorações oficiais parecerem mais ameaça que festejo.

Em 1994, no mandato de Fernando Henrique Cardoso, as alusões comemorativas se restringiram mais ainda aos círculos militares, ou seja, a memória festiva da ditadura e/ou saudosista foi tornando-se marginal. Lembramos que o final dos 1980 e os anos 1990 ocorreram alguns eventos que ajudam a reelaborar o passado autoritário, consolidando uma memória crítica sobre a ditadura (Napolitano, 2015). Um dos mais importantes foi a publicação do livro “Brasil: Nunca mais!”, pela Arquidiocese de São Paulo, em 1985.

O livro é considerado um marco, pois, ajuda a consolidar a memória da violência, do desrespeito aos Direitos Humanos e de toda a estrutura da repressão que ia além dos “excessos” cometidos por agentes “descontrolados”, como alegavam os militares. Em 1995, a lei do Mortos e Desaparecidos Políticos (9.140/1995), que embora colocasse sobre as famílias as responsabilidades e ônus de produzir as provas sobre os familiares mortos e desaparecidos, foi um primeiro movimento do Estado em reconhecer o autoritarismo e as mortes. Os mortos e desaparecidos estariam cada vez mais presentes e lembrados com a publicação do “Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos”, que ecoava o nome de 339 pessoas.

Em 2004 e 2014, as comemorações dos 40 e 50 anos do golpe, respectivamente, mantiveram uma circulação marginal, discreta. Eram basicamente, círculos militares e entidades privadas com alguma ligação com a repressão. Mesmo as tentativas de comemoração pública, como o calendário distribuído pelo banco Itaú, em 2014, que marcava o 31 de março como “aniversário da revolução de 1964” e o 25 de outubro como “suicídio de Herzog”, foram rechaçados. Podemos dizer que nesse período, os mortos e desaparecidos seguiam presentes, tanto na memória dos familiares, quanto da sociedade brasileira pois havia uma forte crítica a todas as tentativas de comemoração pública do golpe.

Via de regra, nos 40 e 50 anos, a comunidade de historiadores e historiadoras, contribuiu com a profusão de livros, coletâneas, trabalhos e eventos acadêmicos. Foram produzidas

grandes obras pela historiografia especializada que modificaram os rumos da pesquisa, com o deslocamento das temáticas da repressão e da política, para questões, por exemplo, de gênero e raça.

Contudo, em 2024, houve um refluxo desse processo. Os 10 anos entre 2014 e 2024 apontam para uma nova ressignificação do passado autoritário, agora positivado não apenas por um conjunto de memórias, que era marginal, mas agora volta a circular, e é estimulada por lideranças políticas, instituições de classe, órgãos de imprensa e instituições de propaganda ideológica, como a Brasil Paralelo. Passamos a assistir ao modo como a história mantém presente hoje oscilações entre a vergonha e o orgulho de comemorar a ditadura.

Pode-se dizer que houve uma resistência entre a comunidade de historiadores/historiadoras, que não considera que as forças políticas que sustentaram a ditadura (e irão sustentar outras formas de autoritarismo) não foram debeladas, não foram expulsas do corpo do Estado, assim como suas práticas políticas.

Nessa lógica, a passagem pelo impeachment de Fernando Collor e as eleições de FHC (2x), Lula (2x) e Dilma (1x) sem interferência pública das Forças Armadas, pareciam ser a garantia que os civis, finalmente, haviam se emancipado da tutela militar. As disputas pelo poder pareciam estar circunscritas ao campo da política e dos partidos que, evidente, poderiam contar com o apoio das forças armadas, mas elas estavam fora do debate público. Ou restritas ao embate entre os familiares de mortos e desaparecidos políticos e historiadores e historiadoras que pressionavam as forças armadas: os primeiros, numa luta inglória para saber onde estão seus mortos e, os segundos, para que os arquivos fossem, finalmente, abertos ao público.

Vale dizer, para que não nos sintamos tão mal, que esse sentimento que flertava com uma a superação do autoritarismo não foi exclusivo da nossa comunidade acadêmica. Intelectuais renomados entendiam que o momento de estabilidade e crescimento econômico dos anos 2000, aliado a políticas de distribuição de renda, inclusão e permanência estudantil, expansão de direitos para setores excluídos (como a PEC das domésticas) eram sintomas desse novo momento.

Durante o período, alguns historiadores chegaram a dizer que não foram 21 anos de ditadura, mas apenas 10, que vigoraram durante a existência do AI-05. Outros intelectuais afirmavam que o Brasil era democracia mais consolidada dos BRIC'S. Houve até o atrapalhado, mas bem direcionado, editorial da FSP, de fevereiro de 2009, o da "ditabranda". Olhando em retrospectiva, é possível que nos sentimos como Sassá Mutema, o célebre personagem vivido por Lima Duarte na novela "O Salvador da Pátria" (1989) (a novela mesmo se passava durante a votação da Constituinte, e tinha como vilão o deputado corrupto, Severo Toledo, vivido por Francisco Cuoco, que escolhe Sassá para se casar com sua amante e, assim, esconder não apenas a traição, mas também o filho fora do casamento com Marlene, vivida por Tássia Camargo).

As reconfigurações políticas que se seguiram entre 2014 e 2024 explicitam um cenário que desdobra 1964, nos fazendo apagar novamente a memória de nossos mortos e desaparecidos políticos e, assim continuar, por outros meios, a opera pela violência institucionalizada pela ditadura no passado. É nesse sentido que podemos compreender o golpe parlamentar que sofreu a ex-presidenta Dilma Rousseff, neoliberalismo da "Ponte para o Futuro" (colocado em marcha acelerada, independente da legitimidade política do vice-presidente, Michel Temer), prisão do candidato líder nas pesquisas eleitorais, Luís Inácio Lula da Silva, eleição de Jair Bolsonaro, mais de 700 mil mortos pela COVID-19 e etc.

Se o *modus operandi* da ditadura, instrumentalizado pela permanência do "estado de exceção permanente" (Agamben, 2004) se faz atual é porque a democracia brasileira mantém

sua fragilidade. O Brasil é um país que, historicamente, faz muitas eleições, mesmo que restringindo eleitores, como em alguns momentos da República Velha. Mas, não é um país democrático. Isso significa que os valores e o respeito a tais instituições não fazem parte do jogo político. Para confirmar, minimamente este fato, basta lembrar que em 129 anos de República, nós tivemos 36 Presidentes, apenas 12 eleitos diretamente. De 1926 até 2016, apenas 5 foram eleitos pelo voto direto e conseguiram completar seus mandatos: Eurico Gaspar Dutra, JK, Lula, FHC, Dilma (1 mandato). 6, se incluirmos o último.

Isso dá conta da lenta trajetória da consolidação dos processos democráticos e da aceitação destes mesmos processos, não apenas pelas elites políticas brasileiras, mas também por um conjunto amplo da sociedade brasileira que enxerga nas saídas autoritárias o caminho a ser seguido. Era este “dispositivo” que deu fama àquilo que Humberto Castello Branco chamava das “vivandeiras de quartel”, a cada derrota eleitoral, corriam para os quartéis exigirem algum tipo de intervenção. Ou quando esta intervenção partia dos próprios quartéis, como no caso do suicídio de Getúlio Vargas, sob ameaça de prisão da Aeronáutica.

Voltemos um pouco mais no tempo para compreender o que significa esse apego pouco democrático que persiste na sociedade brasileira para, talvez, compreender melhor o que ele procura evitar. Entre 1950 - 1963⁹⁶, ocorria um fenômeno político importante, representado pelas Ligas Camponesas, que começaram a se organizar para “ter onde cair morto”, ou seja, ter um caixão para ser enterrado. Esse movimento evoluiu para a luta política que no limite, os levaria para a exigência do reconhecimento da dignidade humana daqueles sujeitos.

Encampada pelo PCB, como no caso da Guerrilha de Porecatu, os depoimentos reunidos, por exemplo no filme *Cabra Marcado Para Morrer*, de Eduardo Coutinho (1984), não falam de revolução comunista, mas, de outro tipo. A revolução representada pelo reconhecimento da dignidade humana, da assunção a condição de sujeitos de direito e, como tais, não mais suscetíveis a relações de exploração do trabalho, do patrimonialismo, da ausência de Estado e etc.

Essa, talvez, fosse a verdadeira revolução temida não apenas pelas elites, mas também por um conjunto da sociedade que vê estes sujeitos como sendo, ainda, objetos de compra e venda. Como herdeiros de uma escravidão que só se emancipa no papel e, como tais, sujeitos as condições de humilhação histórica.

Ainda no caso das Ligas, diversos grupos, como a liga de Sapé, retratada no filme de Eduardo Coutinho, recorrem à justiça, aos tribunais, ou seja, ao próprio Estado. Seus agentes, contudo, reconhecem que, se aqueles miseráveis, ganhassem o acesso à terra que pleiteavam, o movimento se tornaria incontrolável. Este movimento não era necessariamente uma revolução comunista, mas, ainda assim, era revolucionário.

Mas em qual sentido? No sentido de garantir a universalização dos direitos (civis, políticos, sociais) que transformariam radicalmente a estrutura social, dando condições àqueles sujeitos de se verem como condutores de suas próprias vidas, enfrentando a opressão que recaiu sobre eles.

Nesse movimento, a resposta organizada pelo Estado e seus agentes (civis e militares) é o golpe de 1964. E o que o golpe traz de novo? O aprimoramento do autoritarismo e das práticas históricas de violência, agora qualificadas e distribuídas entre grupos específicos da sociedade. Como sugere Lapoujade (2015, p.79): “A violência é sempre qualificada, nunca qualquer, sempre já tomada na percepção de um campo social que a codifica ou a qualifica, mas que sobretudo a distribui. Nesse sentido, as definições da violência são sempre já políticas e estratégicas.”

96 Como demonstra Caio Navarro de Toledo (2004), o golpe representou a interdição de um momento importante da vida política nacional, quando, pela primeira vez, a sociedade brasileira se viu movimentada, questionando os limites do capitalismo nacional e procurando alternativas legítimas.

Não à toa, autores como Fábio Luís Franco, a partir da leitura de Michel de Foucault e Achille Mbembe, afirma que o Estado brasileiro não faz a gestão da vida, mas a gestão da morte, constituindo uma necrogovernamentalidade. Trata-se de uma forma de violência consolidada pela organização de tecnologias de fazer desaparecer e apagar a memória daqueles que explicitam a função do Estado de “governar os mortos”, como sugere Franco (2020). O autor aponta que a gestão da vida da sociedade brasileira é organizada através desses dispositivos de fazer morrer e fazer desaparecer.

A política de Estado, após o fim da ditadura, insiste em formas de distribuição de governo dos mortos, tentando apagá-los da memória coletiva com estratégias de violência que se mascaram pela ideia de que algumas mortes representam um modo de fazer justiça, portanto, não merecem ser lamentadas, se quer nomeadas, podem ser divulgadas em números, que não representam mais uma ou várias vidas, mas uma quantidade. Como sugere Lapoujade (2015, p. 80), a violência se consolida enquanto discurso institucionalizado:

Então se adivinha facilmente a finalidade desses discursos: eles querem fazer desaparecer a violência, requalificar a violência como justiça. Não há mais violência, há somente ações de justiça e operações policiais (a serviço da justiça). Em outras palavras, a violência nunca está do lado da violência legítima, mas sempre do outro lado - revolta, insubmissão, insubordinação, protesto -, razão pela qual, aliás, se deve exercer a justiça legitimamente. É o que vemos: a violência legítima é uma violência que busca desaparecer como violência. Os discursos buscam negar essa violência, pela simples e boa razão de que a violência nunca está do seu lado, é sempre atribuída ao outro lado. Essa é a lógica do Estado ou dos aparelhos de poder: não somos violentos, a violência vem sempre de fora.

É assim que o Estado justifica o assassinato do ambientalista Chico Mendes (1988), devido a disputa de terras com grileiros da região do Xapuri, no Acre. No Paraná, o *podcast* “Projetos Humanos” revelou, depois mais de 30 anos, que Celina e Beatriz Abagge, Davi dos Santos Soares, Osvaldo Marcineiro e Vicente de Paula Ferreira (morto na prisão em 2011 em decorrência de um câncer), foram todos torturados pela Polícia Militar, a P2, para confessar o crime cometido contra Evandro Ramos Caetano, encontrado brutalmente assassinado na cidade de Guaratuba, em 1992.

Em 2013, o ajudante de pedreiro Amarildo de Souza desapareceu depois de ser levado para interrogatório na sede da UPP da Rocinha. Como aponta a justiça, Amarildo foi torturado até a morte e o corpo nunca foi encontrado. Marielle Franco, vereadora eleita da cidade do Rio de Janeiro, foi assassinada em março de 2018, junto com seu motorista, Anderson Gomes. Maria Bernadete Pacífico, Mãe Bernardete, líder do Quilombo Pitanga dos Palmares, região metropolitana de Salvador, assassinada a mando de lideranças do tráfico de drogas, em 2023.

Nessa longa e perversa lista que mostra a operação da tecnologia de fazer morrer, desaparecer e esquecer os mortos, percebemos que a violência produzida pelo Estado é consolidada por um discurso de uma necessidade de controle do que se nomeia como perigoso para a sustentação desse tipo de sociedade. Trata-se de uma sociedade que depende da submissão, precarização, exploração e eliminação de alguns grupos, como foram os camponeses, como são grupos étnicos indígenas e pretos, como é a comunidade de pessoas trans no Brasil.

Contudo, esses e outros nomes numa longa lista perversa não chocam, ou pelo menos não chocam o suficiente para causar mudanças significativas em direção a consolidação e aplicação dos Direitos Humanos no Brasil. Dessa forma, é uma violência pública, entendida como maneira de agir não apenas de determinados setores, mas que pode ser amplamente aceita como forma de convivência.

Os dados recolhidos, por exemplo, em 2010, pelo Núcleo de estudos da violência da USP, a pergunta feita aos entrevistados foi: Os tribunais podem aceitar provas obtidas através de tortura? 48,5% responderam que sim. Em 1997, a mesma pesquisa apontava um número de

29%. O que é possível constatar é, efetivamente, o aumento da tolerância a violência como saída, pois essa violência se apresenta como um modo de fazer justiça. Mas notem, que essas pessoas sabem que também poderão ser alvo dessa *justa* violência. Em maio de 2014, a Anistia Internacional divulgou dados sobre o temor de sofrer tortura ou outro tipo de violência policial, os dados referentes ao Brasil apontam que 80% dos brasileiros têm medo de serem vítimas de tortura pelas autoridades policiais.

Tales Ab'Sáber (2010), afirmava, em 2010, que, o que resta da ditadura, é tudo, menos a ditadura. O argumento do autor se assenta na análise, segundo a qual, um conjunto de forças colocado em xeque entre 1950 e o golpe de 1964 se mantém vitorioso. Impunidade para a elite endinheirada (caso, por exemplo, do assassinato causado pelo condutor de um carro de luxo em São Paulo, que foi liberado pela polícia no local), violência sistemática e praticamente universal ainda sob tortura e desprezo aos Direitos Humanos com a massa de pessoas excluída, especialmente os jovens.

A estes elementos somam-se um processo de profunda dessolidarização social, fruto do avanço do neoliberalismo como gestão psíquica dos corpos (Dardot e Laval, 2016). Soma-se, ainda, as tentativas frustradas, inclusive pelos governos de centro-esquerda, ou seja, os governos do PT em suspender as tensões sociais que tais processos implicam, simplesmente, fazendo de conta que eles não existem.

Ao fim e ao cabo, as forças tradicionais autoritárias estão garantidas, a necessidade de inserção de milhões nas noções básicas de cidadania não merece atenção séria da política (propositalmente reduzida ao espetáculo esdruxulo dos “cortes” e de “discursos” recortados para gerar engajamento nas redes digitais).

Para Tales Ab'Sáber (2010), a manutenção de tais situações garante impunidade, aos militares e a todos aqueles envolvidos com a repressão. Soma-se a isso a vigília das forças tradicionais que, o menor sinal de desestruturação do pacto, como a criação da Comissão Nacional da Verdade, que nem se quer tinha poder de punição, é seguido pela desestabilização política que, em parceria com setores do judiciário e legislativo levou o Brasil para os trilhos da “Ponte para o futuro” e sua política de austeridade que, por meio de reformas como a previdenciária, cerceia o acesso a um futuro digno para parte considerável da população e consolida a nova gestão do capital, agora especializado em sugar recursos públicos para seus usos privados.

O que irrompe entre 2014 e 2024, portanto, é a ressaca de uma sociedade que, inebriada, se viu pacificada e insiste em esquecer seus mortos. Essa sociedade parece estar unida exclusivamente pela inclusão no consumo, tendo o mercado e o sucesso econômico como único lugar de chegada. Uma sociedade vítima e criminosa contra si mesma, que, ademais, deu vida própria ao projeto iniciado em 1964, sintetizado na fala final do personagem Porfirio Díaz (vivido pelo magistral Paulo Autran), em Terra em Transe, de Glauber Rocha: “Aprenderão, aprenderão. Dominarei essa terra. Botarei essas históricas tradições em ordem, pela força, pelo amor da força, pela harmonia universal dos infernos, chegaremos a uma civilização!”

Como afirmou Suely Carneiro, em entrevista ao podcast “Mano a Mano”, ao menos, o pacto racista da democracia racial parece ter se desfeito e isso significa a possibilidade de enfrentá-lo, e todas as suas mazelas, abertamente e não, como afirmava em 2010, Tales Ab'Sáber, fechamos os olhos, imaginando que as estruturas desaparecerão e/ou se conformarão em perder espaço político e econômico.

É nesse sentido, que para cuidar da memória do acontecimento da ditadura militar que sustenta uma história de fragilização coletiva e interdição de modos de existir, é preciso invocar os mortos assassinados por esse regime. Interessa perguntar, como sugere a filósofa Vinciane Despret (2023, p. 65), o que esses mortos exigem de nós que vivemos hoje os

impactos dessa história e “a potência surpreendente das obrigações que os mortos fazem pesar sobre os vivos”. Quais as formas de luta, Marielle Franco, Chico Mendes, João Pedro, Mãe Bernardette e tantos outros, nos convocam a construir? De que modo todos eles nos ajudam a resistir à passividade, aceitação e defesa dessa violência qualificada?

Nossos mortos são lembrados e celebrados, cada vez que mantemos o passo iniciado por eles; cada vez que tornamos comum a todos o que eles começaram. Se é importante retomar o acontecimento da noite 1964 é para fazer falar seus e todos os outros mortos que se seguiram a eles, em repetidas ações que evocam aquela noite, como os 25 mil mortos de Canudos, os 70 mortos da Guerrilha do Araguaia, os 111 mortos no Massacre do Carandiru, os inúmeros mortos nas chacinas em favelas e periferias das grandes e pequenas cidades, os 10 mortos na Guerrilha de Porecatu, os 21 mortos de Eldorado dos Carajás, as onze cabeças cortadas do bando de Lampião e tantos outros.

Walter Benjamin também invocava a importância dos mortos para enfrentar o inimigo sob o risco de desaparecer. Afirmava, na sua tese VI sobre o conceito de história: “[...] o dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (Benjamin, 2016, p.12).

É preciso proteger os mortos e os vivos da construção de uma memória que aniquila os movimentos de resistência e de defesa dos direitos humanos. É com a memória dos mortos que enfrentamos o inimigo, pois é com eles que aprendemos como transformar o mundo. Pode parecer paradoxal dizer que alguns morreram para defender os direitos de todos à vida. No entanto, a trajetória das suas lutas garantiu a continuidade da liberdade de pensamento e da confiança na potência de ação coletiva, que não se deixa morrer. Se os mortos nos fazem lembrar do que significa persistir, é preciso dizer que, eles também, exigem que sejamos herdeiros das suas conquistas e que possamos lutar pelos que virão nos suceder.

REFERÊNCIAS

AB’SÁBER, T. Brasil, a ausência significativa política (uma comunicação). In: TELES, E.; SAFATLE, V. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 187-204.

AGAMBEN, G. *Estado de Exceção*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

BENJAMIN, W. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Alameda, 2016.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DESPRET, Vinciane. *Um brinde aos mortos: histórias daqueles que ficam*. São Paulo: N-1 edições, 2023.

LAPOUJADE, David. Fundar a violência: uma mitologia? In: NOVAES, Adauto (org.) *Mutações: fontes passionais da violência*. São Paulo: Sesc, 2015.

NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, Londrina, v. 8, n. 15, p. 9-44, nov. 2015.

TOLEDO, C. N. D. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004.